



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JOYCE KELLY CHAVES DE ARAÚJO

**PROBLEMÁTICAS ENVOLVENDO ANTIPADRÕES DA
HABITAÇÃO SOCIAL NO CONJUNTO HABITACIONAL GERVÁSIO MAIA
EM JOÃO PESSOA - PB**

JULHO, 2020
JOÃO PESSOA, PB

JOYCE KELLY CHAVES DE ARAÚJO

**PROBLEMÁTICAS ENVOLVENDO ANTIPADRÕES DA
HABITAÇÃO SOCIAL NO CONJUNTO HABITACIONAL GERVÁSIO MAIA
EM JOÃO PESSOA - PB**

Trabalho apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo, em cumprimento à disciplina de Estágio Supervisionado I, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba – Campus I, como pré-requisito para obtenção de nota, tendo como Orientador o Prof. Dr. José Augusto Ribeiro da Silveira.

AGOSTO, 2020
JOÃO PESSOA, PB

RESUMO

É perceptível que o método de desenho urbano moderno ainda é considerado em planejamentos de cidades e, também, em projetos de habitação de interesse social. Influenciados pelos preceitos de Charles-Edouard Jeanneret-Gris (Le Corbusier), esses projetos apresentam anti-padrões que afeta o desenho urbano, descaracterizando as interfaces urbanas com os usuários. Estes anti-padrões irão dificultar o desenho de padrões interativos, estes sim, são capazes de oferecer o caminho para criar um ambiente vivo e satisfatório. Para fins de exemplificação, será utilizado uma tipologia habitacional de interesse social de João Pessoa- Conjunto de Habitação Social Gervásio Maia (2009), situado na periferia sudoeste da cidade, que foi construído pelo Poder Municipal juntamente com o Governo Federal. No entanto, este estudo têm o objetivo de identificar aspectos que foram negligenciados tratando-se de planejamento territorial, a fim de reconhecer as consequências que os ditos trouxeram para a interação entre usuários e desenho urbano. Por se tratar de um trabalho investigativo, o processo metodológico parte de conceitos dos autores Christopher Alexander (2013), Nikos A. Salingaros (2006), David Brain (2006), Andrés M. Duany (2006), Michael W. Mehaffy & (2006) e Ernesto Philibert-Petit (2006) para analisar o material coletado a fim de estabelecer relações entre as teorias e o que se pretende obter as evidências com a análise realizada do estudo de caso escolhido. Como resultado esperado, acredita-se que seja apresentada uma colaboração na busca da identificação de anti-padrões, que impõem um conjunto de normas, formas e feitos não naturais ao ambiente e às pessoas, existentes em projetos de habitações de interesse social na Paraíba.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação de interesse social, Alternativas sustentáveis, Baixo custo, Arquitetura.

ABSTRACT

It is noticeable that the modern urban design method is still considered in city planning and also in social housing projects. Influenced by the precepts of Charles-Edouard Jeanneret-Gris (Le Corbusier), these projects have anti-patterns that affect urban design, de-characterizing urban interfaces with users. These anti-patterns will make it difficult to design interactive patterns, but they are able to offer the way to create a living and satisfying environment. For purposes of exemplification, a housing typology of social interest from João Pessoa - Conjunto de Habitação Social Gervásio Maia (2009), located on the southwestern outskirts of the city, which was built by the Municipal Government together with the Federal Government. However, this study aims to identify aspects that were ne

glected in terms of territorial planning, in order to recognize the consequences that the sayings brought to the interaction between users and urban design. As it is an investigative work, the methodological process starts from concepts by the authors Christopher Alexander (2013), Nikos A. Salingaros (2006), David Brain (2006), Andrés M. Duany (2006), Michael W. Mehaffy & amp (2006) and Ernesto Philibert-Petit (2006) to analyze the material collected in order to establish relationships between the theories and what is intended to obtain the evidence with the analysis carried out of the chosen case study. As an expected result, it is believed that a collaboration will be presented in the search for the identification of anti-patterns, which impose a set of norms, shapes and unnatural shapes on the environment and people, existing in housing projects of social interest in Paraíba.

KEY WORDS: Anti-patterns; Social habitation; Urban Design

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS.....	6
3.1.1 OBJETIVO GERAL	6
3.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
3. CONTEXTUALIZANDO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	6
3.1 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL	6
3.1.2 HABITAÇÃO SOCIAL EM JOÃO PESSOA	7
4. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	12
6. RESULTADOS E AS EVIDÊNCIAS DO PROBLEMA.....	15
6.1 PLANEJAMENTO MILITAR /INDUSTRIAL.....	16
6.2 FALTA DA COMUNIDADE NO PROCESSO PARTICIPATIVO DO PROJETO	18
6.3 ZONEAMENTO MONOFUNCIONAL	20
6.4 AUSÊNCIA E DESPREOCUPAÇÃO COM OS ELEMENTOS VEGETATIVOS.....	23
6.5 ESCASSEZ DE ACESSIBILIDADE COM A REDE SOCIAL URBANA.....	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

As habitações no âmbito geral são elementos fundamentais para qualidade de vida humana, nos quais representam um abrigo natural e proteção de uma família que anseia por necessidades básicas da humanidade. Logo, o que difere inicialmente uma habitação social segundo Fittipaldi (2009), é a limitada disponibilidade financeira dos moradores. Visto que a finalidade é diminuir o custo, os espaços são reduzidos e os projetos são simplificados.

Mediante isso, de acordo com Lago (2010), uma habitação desempenha três funções importantes: social, ambiental e econômica. A social é servir de abrigo à família assentando o desenvolvimento. A função ambiental constitui-se da implantação da habitação no meio urbano, propiciando princípios básicos de infraestrutura, além da preocupação com o impacto ambiental na inserção da mesma. Logo, as condições da moradia, de vida e de trabalho da população estão associados ao desenvolvimento urbano, em que a influência dos mercados imobiliários e de bens e serviços, desempenham uma função econômica.

Para Salíngaros (2006) o desafio da habitação social é o maior componente do crescimento urbano no mundo e o seu sucesso é medido em termos humanos, isto é, o bem-estar físico e emocional do residente e um projeto é considerado bem sucedido quando é mantido e amado pelos seus residentes. No entanto, o que vêm sendo percebido como metodologia de projeto de Habitação de Interesse Social, especificamente na América Latina, é uma arquitetura militar que gera anti-padrões e acarretam problemáticas ao ambiente construído aos usuários do local.

Outro aspecto a ser observado que a alternativa para barateamento da obra das habitações de cunho social, são soluções de projeto padronizadas para casas ou edifícios multifamiliares, sem visar às necessidades climáticas regionais e do usuário, acarretando deliberados problemas. Logo, observa-se a relevância de projetar respeitando os aspectos ambientais, a sustentabilidade e o nível de satisfação e felicidade dos moradores de habitações populares.

Para Lima (2009) o Conjunto Habitacional Gervásio Maia apresenta na sua concepção a anacrônica repetição de casas térreas individualizadas e enfileiradas com reduzido

aproveitamento do solo. Identificar as consequências que o mesmo ocasiona ao ambiente construído e usuários. Logo, questiona-se:

De que forma os anti-padrões propiciam problemáticas para projetos de Habitação de Interesse Social, especificamente ao Conjunto Habitacional Gervásio Maia, João Pessoa – PB?

2. OBJETIVOS

3.1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar como os anti-padrões no projeto de Habitação de Interesse Social no Conjunto Habitacional Gervásio Maia podem trazer consequências para a interação entre as interfaces de ambiente construído, usuários e o entorno urbano.

3.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar a situação habitacional das residências do Conjunto Gervásio e o seu processo de implantação na cidade de João Pessoa;
2. Reconhecer os anti-padrões existentes no Conjunto Habitacional Gervásio Maia
3. Apontar as problemáticas que os anti-padrões propiciam ao moradores do conjunto Gervásio Maia e a sua interação com o ambiente construído.

3. CONTEXTUALIZANDO A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

3.1 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Antes da década de 1930, a maioria dos brasileiros moravam em casas de aluguel, pois a produção habitacional estava relacionada ao setor privado. No entanto, no decorrer da Era Vargas (1930-1945), o Estado começou a intervir com políticas habitacionais devido às transformações do país durante esse período.

Para Maricato (2000), [...] a industrialização que se afirmou a partir de 1930 e vai até o fim da Segunda Guerra Mundial constituiu um caminho de avanço relativo de iniciativas endógenas e de fortalecimento do mercado interno, com grande desenvolvimento das forças produtivas, diversificação, assalariamento crescente e modernização da sociedade (MARICATO, 2000, p. 22).

O que acontecia durante esse período era a progressão acentuada de pessoas migrando para as cidades devido a oportunidades de empregos em indústrias, alterando a malha urbana brasileira. A começar desse período até o surgimento do Banco Nacional de Habitação (BNH), no ano de 1964, foram solicitados projetos habitacionais de arquitetos modernos da época, a exemplo de Carlos Frederico Ferreira e Marcial Fleury de Oliveira

No ano de 2005, o Governo Federal criou uma Lei que propiciou a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com o intuito de democratizar e facilitar a acessibilidade de residências no perímetro urbano, sendo habitações dignas e sustentáveis através de políticas públicas de investimentos e subsídios. Como resultado dessa lei, foi criado o programa Minha Casa Minha Vida no ano de 2009, sendo este o mais conhecido programa de habitação de interesse social no Brasil. No entanto, este programa recebe diversas críticas, pois está focado na quantidade de residências negligenciando a qualidade dos espaços internos, incluindo o entorno. Outra crítica é a falta de participação da comunidade para desenvolver o projeto durante sua ocupação causando, segundo Salíngaros (2009), a falta de pertencimento emocional e identidade dos usuários com suas residências.

O Instituto DataFolha no ano de 2015 juntamente com o CAU/BR realizaram um estudo comprovando que 85% da população brasileira constrói sem a supervisão técnica de arquitetos e urbanistas ou engenheiros. Diante disso, percebe-se a necessidade do programa de habitação de interesse social para atender à população, principalmente quando somado aos milhões de brasileiros que não possui residência fixa ou moradia adequada. Infelizmente, o que está sendo construído pela demanda do governo brasileiro são habitações sociais desconectadas com a malha urbana, transporte público e serviços básicos, pois são situadas em áreas periféricas da cidade ocasionando prejuízos a sustentabilidade urbana. Os resultados disso são ocupações em prédios abandonados, construções sem fiscalização técnica e vazios urbanos nos centros das cidades, propiciando assim déficit habitacional.

3.1.2 HABITAÇÃO SOCIAL EM JOÃO PESSOA

A cidade de João Pessoa (Figura 1) está localizada na região Nordeste do Brasil com uma população de aproximadamente 809.015 pessoas situadas em uma área de 210,044 km², com uma densidade demográfica de 3.421,28 hab/km² (IBGE 2019).

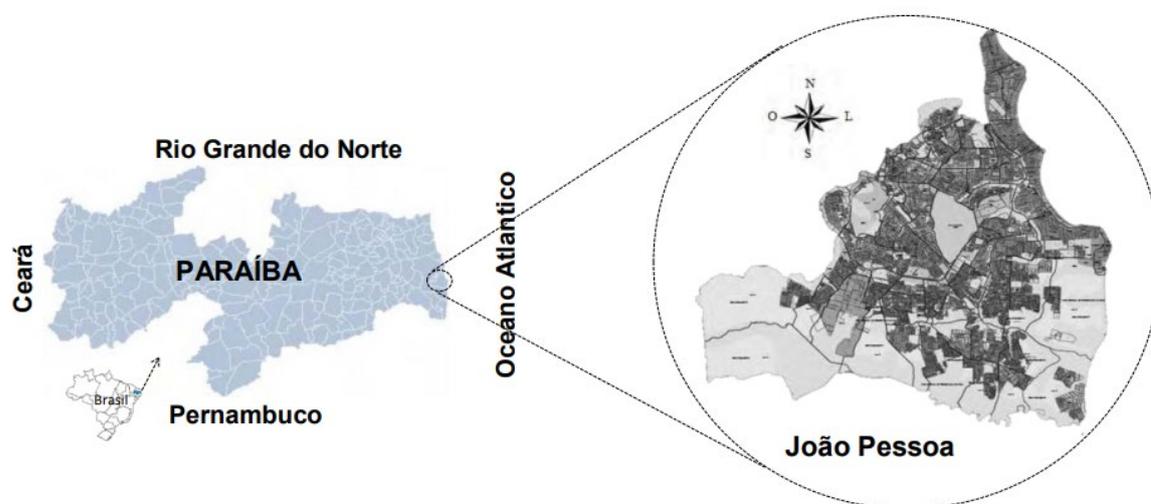


Figura 01: Mapa de localização da cidade de João Pessoa – PB

Fonte: PMJP 2010

É possível observar que na cidade de João Pessoa a evolução espacial reflete uma dinâmica de urbanização nacional, pelo qual foi guiado por uma lógica capitalistas do valor do solo urbano, em que segrega uma parcela da classe trabalhadora que se encontra na precariedade e no limite da sobrevivência. De acordo com Lima (2009) é perceptível, que de modo geral, o processo de urbanização da cidade de João Pessoa ocorreu de forma desordenada, excludente e seletiva.

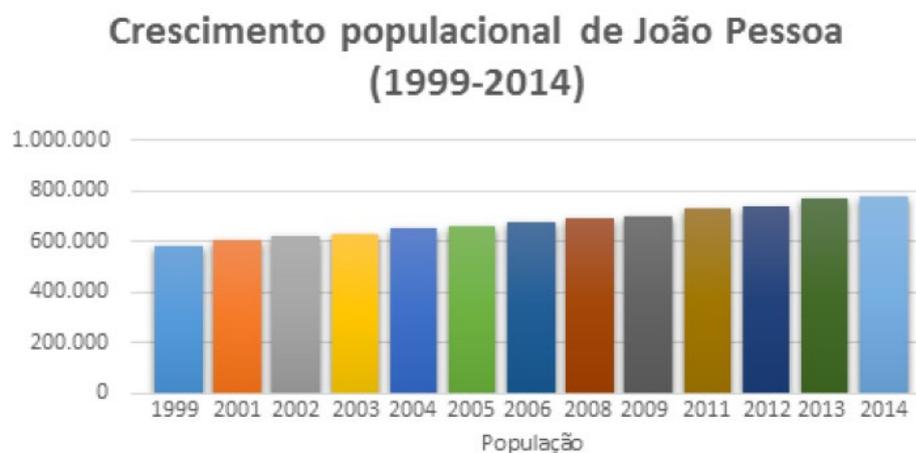


Figura 2: Gráfico de crescimento populacional de João pessoa (número de habitantes) entre os anos 1999-2014

Fonte: Leite 2011

Segundo Vale e Garcia (2008), na cidade de João Pessoa os investimentos referentes a moradia efetuou-se a partir de 1964, em que iniciou as construções de conjuntos habitacionais mediante a política do BNH (Banco Nacional da Habitação), no qual direcionou o avanço urbano através do eixo norte, onde se encontrava a população de menor poder aquisitivo; e no eixo sul, que a população de baixa renda.

Na década de 1970 e 1980, a cidade se expandiu para o Sudeste, em que esse processo se deu por meio da construção de habitações de interesse social pelo Estado, tendo como exemplo os conjuntos habitacionais Ernesto Geisel, José Américo de Almeida, Mangabeira e Valentina de Figueiredo.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa, a partir de 1977, desenvolveu ações orientadas através de diversos programas habitacionais como “É pra Morar”, “Habitar Brasil” e “Morar Melhor”, pelos quais as construções de conjuntos habitacionais procuravam atender famílias de baixa renda que se encontravam em diferentes situações de moradias. Essas unidades de habitação em condomínios se localizavam em áreas periféricas da cidade.

De acordo com Leite (2011), o período entre 1980 e 1986, se intensificou o processo de periferização da cidade com a construção dos grandes conjuntos habitacionais. No sul-sudeste construíram-se os conjuntos: Bancários, Anatólia e Mangabeira, (Tabela 01). Também iniciou-se a obra do conjunto Valentina Figueiredo.

Ano	Agentes	Conjuntos Habitacionais	Total de Unidades Habitacionais
1935 / 1963	IAPs / IPASE / FCP / Montepio	Centro / Tambiá / Torre / Jaguaribe / Expedicionário / Cidades dos Funcionários	899
1967 / 1969	IPASE / Monteipo – IPEP/ CEHAP / INOCOOPS	Jardim 13 de Maio / IPES/ Pedro Godim / Cidade dos Funcionários II / Castelo Branco	2.333
1970 / 1974	CEHAP/ INOCOOPS	Castelo Branco II / Castelo Branco III / Coste e Silva / João Agripino	2.266
1975 / 1979	IPASE / IPEP / CEHAP / INOCOOPS	Ernani Sátyro / Brisamar / Cristo / Jardim Luna / José Américo / Ernesto Geisel / Distrito Industrial / Altiplano Cabo Branco	4.593
1980 / 1986	IPEP / CEHAP / INOCOOPS	Bancários / Anatólia / Mangabeira / Valentina	20.476

Tabela 01: Resumo dos conjuntos habitacionais construídos em João Pessoa entre 1935 e 1986.

Fonte: LEITE, 2001 (apud adaptado de LAVIERI: LAVIERI (1999) E BONATES (2009))

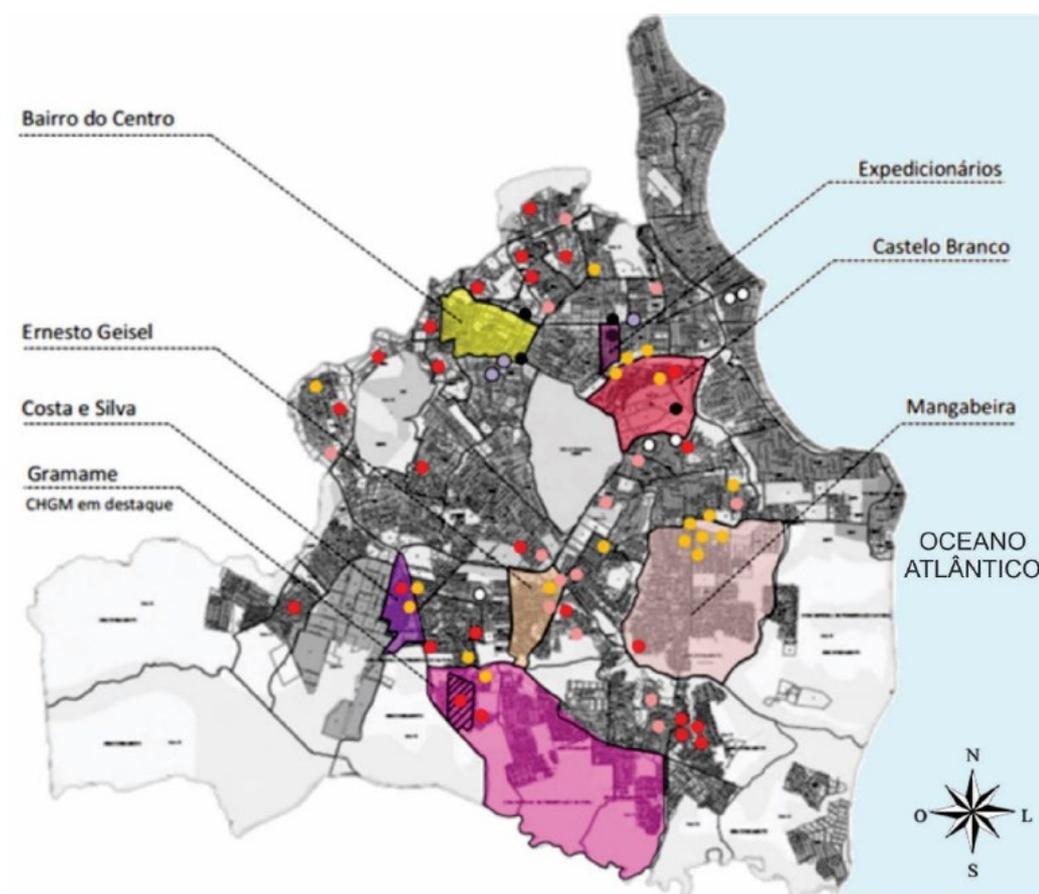
O processo de remoção dessas famílias que moravam em áreas inadequadas visava atender a um modelo elitista, no qual geralmente eram realocados para lugares distantes sem a condição habitável adequada. Mediante isso, Rúa (2009) evidencia que o modelo elitista vê a política como resultado de preferências e valores de elites governamentais; logo, a política pública não procura atender a demanda populacional e não manifesta das massas, porém das elites.

Entre o ano de 1999 e 2002, tem o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) na cidade de João Pessoa. Esse programa garantiu diversidade na localização dos empreendimentos, por causa da maior faixa de renda do público alvo, no qual destinava-se para população de até 6 salários mínimos. Logo, Bairros como Tambauzinho e dos Estados foram beneficiados, porém a área de preferência para as habitações populares continuava a região Sudeste. Devido às exigências da Caixa Econômica Federal (CEF), as construções da PAR obtinha melhor qualidade, mas ainda não produzia diferença no cenário urbano.

Na tentativa de diminuir esses problemas a Prefeitura Municipal de João Pessoa criou em 2006, o órgão responsável exclusivamente por coordenar a elaboração e a implementação de programas habitacionais e de regularização fundiária, a Secretaria Municipal da Habitação Social – SEMHAB, em que as Diretrizes da Política de Habitação Social do município de João Pessoa estão baseadas nos seguintes elementos:

- Desenvolvimento de projetos habitacionais que considerem as características da população local, suas formas de organização, condições físicas e econômicas;
- Estímulo a participação e controle social na definição das políticas e prioridades da produção habitacional;
- Promoção da regularização física e fundiária de assentamentos já consolidados e das unidades construídas;
- Intervenção em áreas degradadas e de risco, tendo em vista garantir a integridade física, o direito à moradia e a recuperação da qualidade ambiental dessas áreas.

De acordo com Leite (2011 p. 26 apud Lemos, 2015 p. 51) a aquisição da habitação por meio de subsídios governamentais, não somente em João Pessoa, mas em todo Brasil, ameniza o problema da moradia, mas o problema habitacional passa a existir como questão social. A autora traz um breve histórico da importância das habitações populares no processo de urbanização da cidade de João Pessoa e como se deu essa “periferização” da população baixa renda da capital. A figura 03 apresenta o direcionamento de expansão da cidade de João Pessoa a partir das Habitações de Interesse social, iniciando pela década de 1930.



LEGENDA	
●	IAPs - Produção habitacional pelo IAPs, na década de 1930, apresentando pequenas nucleações
○	FCP - Produção habitacional pelo FCP, a partir de 1946, apresentando pequenas nucleações.
●	CEHAP - Produção habitacional pela CEHAP, a partir da política do BNH.
○	CEF - Produção habitacional pela CEF, a partir
●	PAR - Produção habitacional pelo PAR até 2006.
●	PMJP - Produção habitacional pela PMJP desde 2006.

Figura 03: Mapa da cidade de João Pessoa – PB, mostrando o direcionamento de expansão da cidade a partir das Habitações de Interesse Social, desde a década de 1930.

Fonte: Leite, 2011

Logo, o que vem ocorrendo na questão de habitações populares, no geral elas normalmente não se enquadram nos critérios de redução de energia, preservação a saúde e ambiental, qualidade de vida, logo, produtividade da população. Entretanto, é perceptível uma repetição de anti-padrões arquitetônicos, desconsiderando aspectos regionais, climáticos, socioeconômicos e tecnológicos do território, assim, ocasionando edificações de baixa qualidade construtivas que não atendem às necessidades do usuário. (TAKEDA, 2005 apud FITTIPALDI 2008).

4. DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O Conjunto Habitacional Gervásio Maia (CHGM), está situado no Loteamento Parque Sul no Conjunto Colinas do Sul, localizado na região sudoeste da cidade de João Pessoa, Paraíba. Está situado em propriedade pública, sendo portanto do Governo Municipal e localizando em área rural transformando-se em Zona Especial de Interesse Especial (ZEIS) para atender a demanda populacional de remoção de favelas (SEM HAB, 2010)

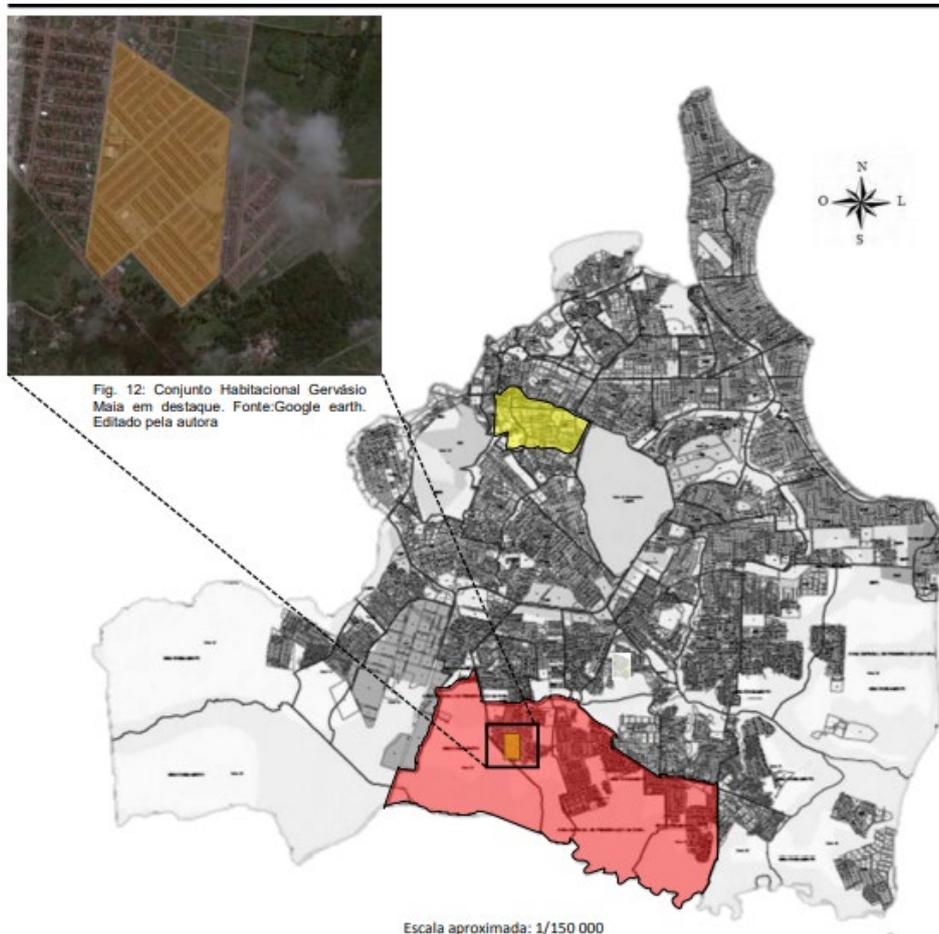
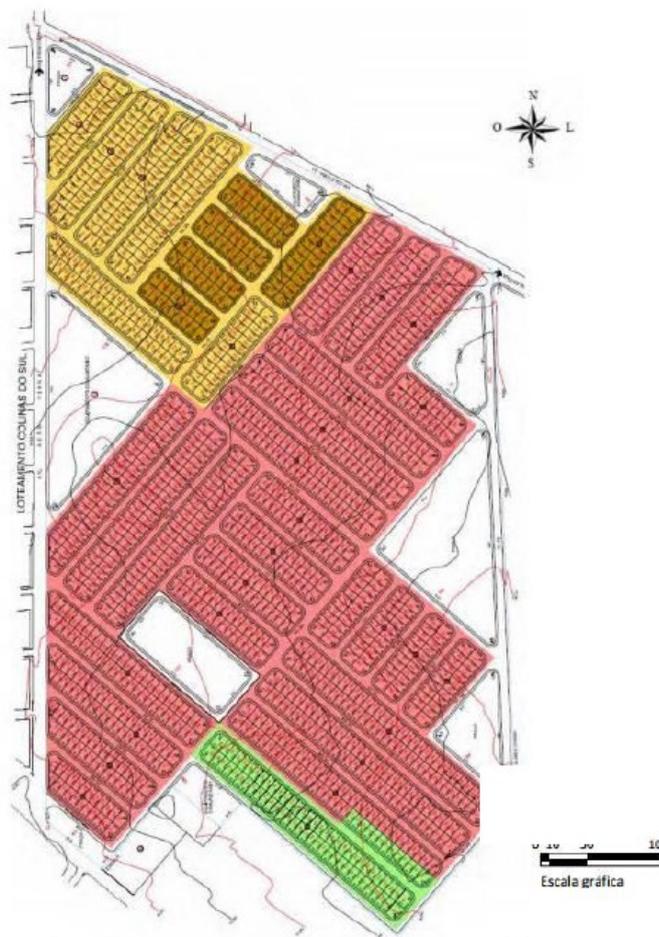


Figura 04: Mapa da cidade de João Pessoa – OB. Localização do Conjunto Habitacional Gervásio Maia na cidade de João Pessoa

Fonte: (Vale 2012)

Com o objetivo de diminuir o déficit populacional, a Prefeitura de João Pessoa juntamente com o Governo Federal iniciou a construção do CHGM no dia 6 de Março de 2006 e entregou as primeiras residências em 20 de dezembro de 2007. As 1336 casas foram finalizadas em 2009 e o Conjunto Habitacional Gervásio Maia recebeu este nome em homenagem ao ex-secretário de Finanças Gervásio Maia que faleceu em 2006. A figura 05 apresenta a planta de loteamento do conjunto dividida em zonas de acordo com o crédito que receberam dos programas de financiamento assim que foram entregues as habitações.



LEGENDA DOS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

- PROGRAMA – CRÉDITO SOLIDÁRIO – 200 UNIDADES
- PROGRAMA - CRÉDITO SOLIDÁRIO – 100 UNIDADES
- PROGRAMA – OGU – 77 UNIDADES
- PROGRAMA – CCFGTS.– RESOLUÇÃO 460 – 959 UNIDADES

Figura 05: Planta de loteamento do conjunto dividida em zonas de acordo com o crédito que receberam dos programas de financiamento assim que foram entregues as habitações.

Fonte: Vale 2012

Para realização da construção, a Prefeitura doou o terreno e cedeu infraestrutura básica: pavimentação de ruas, drenagem urbana, acesso à energia elétrica e redes de água. Segundo Vale (2012) o valor total da obra foi de R\$ 24.070.130,4 sendo R\$ 8.643.997,18 do Governo Municipal e R\$ 15.426.133,22 do Governo Federal, este destinado à construção dos imóveis. O loteamento possui alguns equipamentos comunitários como a Unidade de Saúde da Família (USF)-Mudando de Vida, a escola Municipal Jornalista Raimundo Nonato destinado a 1200 alunos, Centro de Recreação Infantil, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antenor Navarro, a Cozinha Comunitária e a Praça da Esperança.

De acordo com Lima (2009), apesar dos esforços e da inegável contribuição social, alguns aspectos foram negligenciados, tanto de planejamento territorial, quanto de reeducação e transformação sócio espacial que bairros desta natureza carecem, evidenciando a importância da reflexão crítica para as futuras ações governamentais. Portanto, para Lima (2009), os principais aspectos negativos encontrados no Conjunto Gervásio Maia são:

1. Incapacidade de proporcionar qualidade de vida a maioria dos usuários;
2. Desperdício e subutilização do solo urbano pela tipologia individual térrea;
3. Subutilização da infraestrutura instalada;
4. Não contribuição com o desenho qualificado da paisagem;
5. Prioriza, na configuração espacial, mais o transporte individual com mais vias locais nos espaços internos dos loteamentos em detrimento de vias para pedestres capazes de promover áreas de convívio coletivo;
6. Aumento no custo de execução do sistema viário pelo excesso de vias locais;
7. Não prevê áreas para geração de emprego e renda no desenho urbano;
8. Nivelou por baixo as provisões de equipamentos comunitários, cumprindo pura e simplesmente a legislação hermética vigente;
9. Reproduz ambientes urbanos sem identidade, massificado e que contribui muito pouco para a autoestima dos moradores.

Contudo, o que pode ser percebido no conjunto Gervásio Maia é uma morfologia retangular e monofuncional, desconectada com o restante da cidade, ou seja é incapaz de gerar

o “*mix*” de usos, qualidade e sustentabilidade urbana. De acordo com Salíngaros (2006) a metodologia de projetar habitação social, principalmente na América Latina, ocasiona assentamentos formatos rígidos, causando terríveis impactos ambientais que são desenvolvidos por programas estatais, com soluções pautadas no desenho urbano moderno, monótono e repetitivo.

6. RESULTADOS E AS EVIDÊNCIAS DO PROBLEMA

Os resultados seguem de acordo com a análise qualitativa do Conjunto Habitacional Gervásio Maia utilizando-se de referências bibliográficas sobre os estudos de Salíngaros e analisando tais aspectos no Conjunto Habitacional Gervásio Maia. Fundamentando-se nos em tal autor sobre “Habitação social na América Latina: uma metodologia para utilizar processos de auto-organização”, o Conjunto Habitacional Gervásio Maia será objeto de estudo e observação para a identificação de anti-padrões e as consequências que acarretam aos usuários e o entorno urbano. A partir da conceptualização de anti-padrão da habitação social, esta é composta por atitudes de projeto equivocadas e que deveriam ser evitadas, Salíngaros (2011) define uma lista de anti-padrões encontrados na maioria dos projetos de habitação social atual (tabela 2). No entanto, para fins de estudo deste trabalho, foram identificados 5 anti-padrões para serem exemplificados.

1. Planejamento militar/industrial - construir o maior número de habitações de forma barata e eficiente.
2. Eficiência no desenvolvimento do projeto habitacional atribuída a maior controle do governo, causando a exclusão do processo participativo da comunidade.
3. Zoneamento monofuncional - construção de habitação como dormitório e não um espaço urbano complexo.
4. Ausência e despreocupação com os elementos vegetativos - falta de conexão com a natureza.
5. Espaço urbano monofuncional e homogêneo - construção de cima para baixo.
6. Projeto de habitação social que não apresenta acessibilidade a rede social urbana - Isolado e desconectado da dinâmica da cidade.
7. Espreadimento da cidade - construção de habitação social em áreas rurais.
8. Ilha urbana desconectada - impacto no ambiente natural.
9. Projeto de habitação com geometria fechada, tornando-se obstáculo ao desenvolvimento social e econômico futuro.
10. Imagem da modernidade - tipologia que impede uma habitação social adaptativa

Tabela 02: Tabela referente ao conceito de Anti-padrão da Habitação Social
Fonte: Salíngaros, 2011

6.1 PLANEJAMENTO MILITAR /INDUSTRIAL

De acordo com Salíngaros (2006) “os projetos para as habitações sociais são concebidos e construídos como dormitórios, e desta forma seguem uma filosofia de planejamento militar / industrial: são construídas o maior número possível de unidades, da maneira mais barata e eficiente possível.” O planejamento militar/industrial está ligado a geometria de controle, esta exerce o domínio que é demonstrado na geometria arquitetônica e também do layout urbano. Tal geometria é rígida e mecânica, pois determina a relação dos edifícios/residências individuais com o espaço urbano, enquanto a geometria dos seus layouts determina a relação entre os edifícios separados e a forma da rede de ruas. Esta estrutura é projetada de cima-para-baixo, que normalmente é oposta à disposição orgânica/livre das favelas, sendo a primeira uma tipologia militar que causa a impressão de controlar seus ocupantes (Alexander, 2005; Salíngaros, 2006).



Figura 06: Conjunto Habitacional Gervásio Maia, Bairro de Gramame.

Fonte: SEMHAB-PMJP

Como apresentado na figura 06, é perceptível a geometria de controle e o planejamento industrial no Conjunto Habitacional Gervásio Maia, tendo em vista a disposição de habitações construídas em um grande número de quantidade e cópias exatas de um único protótipo (figura 07). Para Salíngaros (2006) o controle é exercido a partir da falta de variações individuais, ou

seja, a complexidade e variação são percebidas como maneira de perder o controle, não apenas como uma tipologia construtiva. Portanto, é notória a existência de casas modulares repetidas que circunda a região inteira do Conjunto Habitacional Gervásio Maia, sendo ainda dispostas em um alinhamento quase que completamente retangular. Em sua análise, Lemos (2015) afirma que o projeto prevê o comportamento máximo de quadro pessoas na sala, o que dificulta as atividades referentes a visita, além de que da forma como o layout está organizado, dificulta o acesso à janela presente no ambiente. Em relação a cozinha a autora questiona o espaço insuficiente do balcão e o pequeno espaço disponível para armazenamento de alimentos e materiais de limpeza, ademais aos outros ambientes exemplificados na figura 07 abaixo.

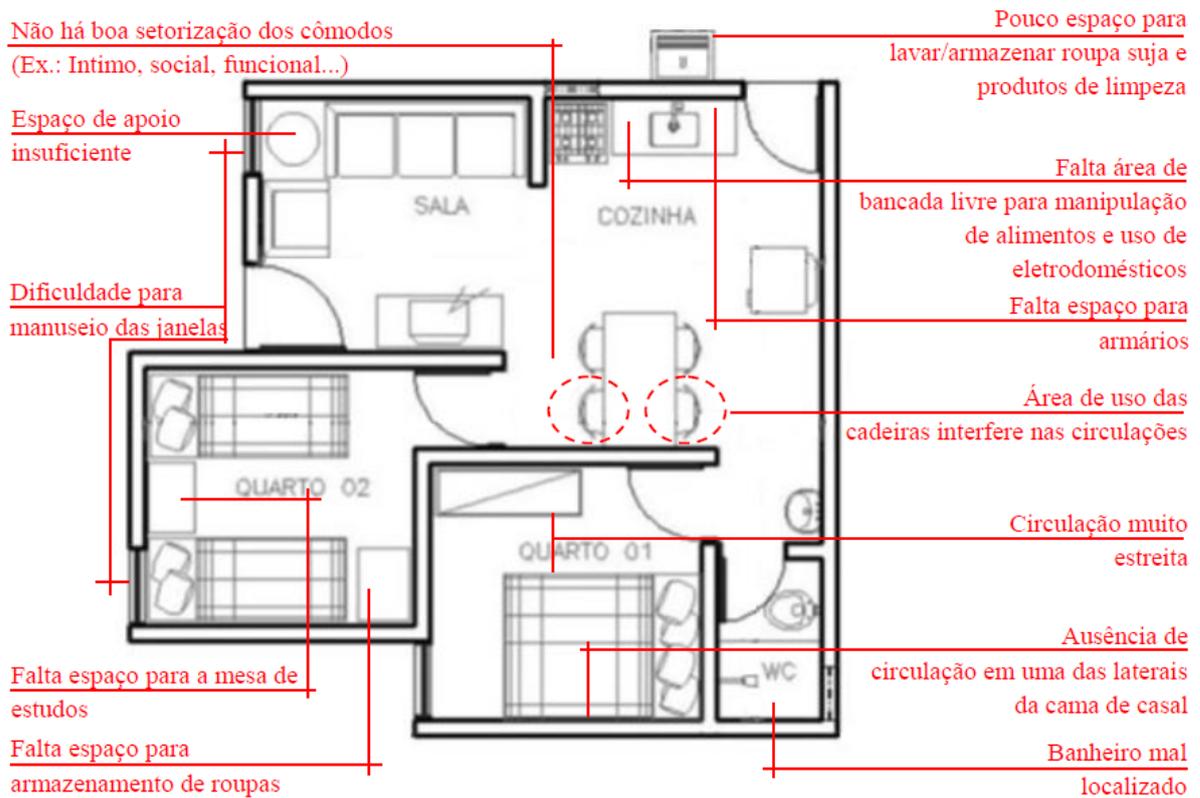


Figura 07: Configuração espacial da tipologia base das habitações do Conjunto Habitacional Gervásio Maia

Fonte: Lemos, 2015



Figura 08: Unidade Habitacional com característica original

Fonte: Kirschner (2014)

6.2 FALTA DA COMUNIDADE NO PROCESSO PARTICIPATIVO DO PROJETO

O projeto deve ser mantido e amado pelos seus residentes. Logo, o projeto (forma e layout) falha em se conectar emocionalmente com o usuário. Isso acontece porque o arquiteto ainda carrega a bagagem de projetar à caráter modernista, já que isso é tradição na maioria das escolas. Especialmente na América Latina, as tipologias modernistas arquitetônicas são adotadas como parte do estilo arquitetural nacional, popularmente pensado, de maneira errada, como ligado a crenças políticas progressistas, além de negar a participação da comunidade para o desenvolvimento do projeto.

Portanto, para Salíngaros (2006) um assentamento deve, acima de qualquer coisa, estabelecer algum tipo de estrutura sagrada que, de alguma maneira, possa conectar emocionalmente os residentes. A estrutura sagrada também auxilia as pessoas a se conectarem a uma ordem mais alta. Esta ordem mais alta engloba três determinações funcionais:

(a) é usada como um meio coletivo para formar a comunidade;

(b) é construída a partir da cooperação dos discursos de um grupo de pessoas e não é a decisão unilateral de um indivíduo;

(c) é carregado com um significado poderoso para a comunidade. Se a maioria, ou todos, os residentes se conecta com a estrutura física sagrada, então, indiretamente, eles se conectam, uns aos outros. Este simples princípio estabelece um sentido de comunidade, que sobrevive as difíceis condições de vida. E isso mantém as forças orientadas a manter a estrutura física da comunidade, ao invés de se virarem contra a ela, como acontece nos casos em que a estrutura física não é valorizada.

Um equipamento urbano comunitário do Conjunto Habitacional Gervásio Maia é a Praça da Esperança (figura 9 e 10) que, segundo Leite (2011), ela é vista pelos usuários como um espaço de violência e ponto de drogas, ocasionando a escassez do lazer para a comunidade local. Além de que não é usada pelo coletivo que forma a comunidade, e não possui algum significado para a comunidade ou conexão. Portanto, tais aspectos negligenciados pela falta, também, da participação da comunidade no projeto ocasiona a sua depredação e falta de pertencimento ao local (figura 11 e 12). A vista disso, é perceptível a não contribuição com o desenho qualificado da paisagem e a incapacidade de trazer identidade e sentimento de pertencimento ao local.



Figura 09: Praça da Esperança – praça central

Fonte: Leite (2011)



Figura 10: Praça da Esperança – praça central

Fonte: G1Globo (2018)



Figura 11: Unidade Habitacional do Conjunto Gervásio Maia, na época da entrega em 2007.
Fonte: PMJP, 2009



Figura 12: Situação atual da Unidade Habitacional do Conjunto Gervásio Maia, após 4 anos de uso.
Fonte: Leite, 2011

6.3 ZONEAMENTO MONOFUNCIONAL

A habitação social e a habitação em geral precisam ser parte de um processo saudável (e socialmente inclusivo) de urbanismo. A própria noção de habitação mono-funcional é obsoleta e desacreditada, porque ela nunca funcionou com a intenção de conectar os residentes ao seu ambiente. Todas as medidas de planejamento que nós rejeitamos - originalmente bem intencionadas — foram adotadas como um meio para melhorar a eficiência para enfrentar os sérios desafios urbanos. Mas capaz de garantir o “*mix*” social, a qualidade e a sustentabilidade urbana. Nestes assentamentos, contrariamente às formas rígidas e inumanas, de terríveis

impactos ambientais, desenvolvidas por programas estatais, com soluções formais do desenho modernista monótono e repetitivo, com áreas específicas e imensas, designadas exclusivamente para a moradia dos pobres, há espaços “vivos”.

No entanto, foi observado no Conjunto Habitacional Gervásio Maia a ausência projetual de áreas comerciais, o que segundo Lima (2009) ocasionou na proliferação de comércios informais desordenadamente dispostos no espaço da área em questão. Os moradores transformaram suas residências em uso misto (residência + comércio), normalmente utilizando barracas coladas no muro sem descaracterizar o aspecto residencial.



Figura 13: Imagem ds lotes comerciais. Lotes vazios a direita destinados previamente para o comércio. Inutilizados e sem habitação.

Fonte: Leite, 2011



Figura 14: Imagem de uma residência transformada em uso misto (residencial+comércio).

Fonte: Google Earth, 2012



Fig.15: Comércios improvisados. Opção empírica pela falta de espaços comerciais no desenho urbano
Fonte: Marco Antonio Suassuna Lima (2009)

6.4 AUSÊNCIA E DESPREOCUPAÇÃO COM OS ELEMENTOS VEGETATIVOS

De acordo com Sedrez (2004), o ambiente construído deve refletir o fundamento do crescimento social, econômico e sustentável, por exemplo, as edificações devem ser compostas por infraestrutura, instalações industriais, equipamentos urbanos e o que for necessário para o desenvolvimento da urbanização.

A biofilia diz respeito à forma como o usuário se adapta a um lugar que se relaciona com a natureza, ou seja na arquitetura biofílica a saúde e o bem-estar humanos dependem fortemente da geometria do ambiente e isto é expresso em configurações particulares, superfícies, materiais, detalhes, luz e acessibilidade a plantas e outras formas de vida (Kellert et al., 2008; Salíngaros, 2013; 2015). Esses aspectos contribuem para o êxito da construção de qualquer habitação social, além de estarem pautados nos princípios de sustentabilidade econômico, social e ambiental. Na arquitetura, a biofilia é empregada no desenho baseado no conhecimento de como os usuários de um determinado local é afetado pelo ambiente.

Para Nikos A. Salíngaros, David Brain, Andrés M. Duany, Michael W. Mehaffy & Ernesto Philibert-Petit (2006) a cidade é como um organismo, não apenas como desenvolvimento de uma estrutura orgânica, mas nasce em virtude da relação entre arquitetura sustentável e o ambiente construído. Nesse estudo, os autores supracitados estabelecem conceitos chaves que estão fundamentados, basicamente, em como as pessoas ficam doentes e hostis em ambientes onde a natureza não está, logo “a biofilia é inata aos nossos genes”. Portanto, os usuários se sentem mais adeptos em ambientes que incorpore uma geometria natural e complexa, ou seja, tipologias e materiais industriais podem gerar irritabilidade aos usuários.

Ao analisar a visão de cima com os limites destinados as praças (não urbanizadas), percebe-se a precariedade de áreas verdes destinadas à comunidade. No entanto, de acordo com Vale (2011) a vegetação presente no Conjunto Residencial Gervásio Maia restringe-se a árvores de pequeno e médio porte que foram plantadas pelos próprios moradores no pátio frontal de alguns lotes e passeios com o intuito de amenizar o clima quente e sombrear calçadas. Logo, é perceptível a necessidade dos usuários de possuir áreas verdes, porém não considerar a biofilia na concepção projetual de um complexo de habitação social resulta em plantio de vegetação não nativa, posicionamento inadequado em relação a rede elétrica e o estreitamento das calçadas, visto que era o local que os moradores plantavam.



Figura.16: Vegetação plantada pelos próprios moradores
Fonte: Leite, 2011.



Figura.17: Plantações no meio da calçada
Fonte: Vale (20120



Fig.18: Vegetação plantada pelos próprios moradores
Fonte: Leite, 2011.



Limite do espaço construído	Vias principais pavimentadas – Trajeto do ônibus
Limite da Praça da Esperança	Escola Municipal
Limite das áreas destinadas a praças – não urbanizadas	USF
Acessos principais pelas ruas pavimentadas	CREI Luzia da Taipa
Acesso para o bairro do Valentina	Cozinha Comunitária Gervásio Maia
Acesso para o bairro do Grotão	Terminal de Integração Colinas do Sul
Acesso principal – Chegada ao Conjunto	

Figura 19: Apreensão da forma do conjunto habitacional gervásio maia

Fonte: Leite, 2011.

6.5 ESCASSEZ DE ACESSIBILIDADE COM A REDE SOCIAL URBANA

De acordo com Salíngaros (2006) um projeto de habitação social convencional raramente está interessado pela acessibilidade à rede social urbana, pois é normalmente construído em áreas desconectadas (muitas vezes áreas rurais). Na maioria das vezes a coisa toda é entendida como uma questão de “casa”, com as medidas de sucesso sendo tipicamente as relativas ao número de “unidades” e do impacto imediato nos indivíduos, em vez da qualidade (ou sustentabilidade) da vida comunitária que resulta;

Para Vale (2011) os moradores do Conjunto Residencial Gervásio Maia são indivíduos de baixo poder aquisitivo, e 74% dos entrevistados da pesquisa levantada pela autora utiliza transporte coletivo como meio principal de deslocamento para realização de atividades: trabalho, abastecimento, serviço, outros. Em porcentagem menor, cerca de 62% dos entrevistados, se locomovem a pé para realização de atividades como: pagamento das contas, abastecimentos e serviços em bairros vizinhos como Grotão e Valentina. Quanto ao uso de bicicleta, 12% dos entrevistados utilizam a bicicleta como meio de deslocamento para o trabalho e outras atividades. Deslocamentos corresponde 10% e apenas 2% dos entrevistados possui carro próprio.

Próximo ao Conjunto Habitacional Gervásio Maia está localizado o Terminal de Integração Colinas do Sul, no entanto, segundo Vale (2011) os moradores entrevistados estão, em sua maioria, insatisfeitos com a frequência do atendimento tendo em vista o longo período de espera dos transportes coletivos, cerca de 1 (uma) hora. Outra reclamação é a quantidade de transportes que atende a comunidades vizinhas quando se comparado aos que atendem a comunidade do Conjunto Gervásio Maia. Além de que apenas 12 dos 22 veículos são adaptados para as pessoas com deficiência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O enfoque desse trabalho foi o Conjunto Habitacional Gervásio Maia, situado no município de João Pessoa-PB. Diante disso, foi discutido questões relacionadas a habitação de interesse social no Brasil, bem como na cidade de João Pessoa. Tal temática aborda os anti-padrões, a partir de estudos de Salíngaros, selecionados e observados pela autora deste trabalho. Os anti-padrões não ajudam a conectar os residentes ao seu ambiente. Logo, grande parte do tecido urbano poderia ter sido feito mais saudável e sustentável, pelo mesmo custo, mas, ao contrário, exerce um efeito negativo em seus residentes e, em última instância, torna-se insustentável. Tal modelo de projeto do Conjunto Habitacional Gervásio Maia, em que se encontrou anti-padrões que causam consequências para a população devido a um planejamento urbano que não considera todas as questões de interesse aos usuários. Esta análise serviu para demonstrar que ainda existe projetos de Habitação de Interesse Social na cidade de João Pessoa que são desenvolvidas a partir de metodologias projetuais ultrapassadas.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER. C., The nature of order: books one to four. Berkeley, CA: Center for Environmental Structure, Berkeley, 2005.

FITTIPALDI, Mônica. Habitação social e arquitetura sustentável em Ilhéus/BA. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus.

LEMONS, Nayara dos Santos. Habitações Flexíveis e Adaptáveis: o estudo da aplicabilidade de soluções espaciais do Solar Decathlon Europe para o Conjunto Habitacional Gervásio Maia de João Pessoa, PB-Brasil/Nayara dos Santos Lemos – João Pessoa, 2015.

LEITE, A. P. A. A produção de habitações populares no período periurbano da cidade de João Pessoa da cidade de João Pessoa-PB (2006-2011): O conjunto Habitacional Gervásio Maia. João Pessoa, 2011.

LIMA, Marco Antônio Suassuna. Estudo comparativo em habitação de interesse social: O caso do Conjunto Habitacional Gervásio Maia (CHGM) - João Pessoa. Arqtextos, São Paulo, 10.112, Vitruvius, set. 2009 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/10.112/23>>

MARICATO, Ermínia. Contribuição para um plano de ação brasileiro. In. BONDUKI, Nabil. Habitat: As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo, Studio Nobel, 1997. P. 39

MORAIS, Jaiane Rodrigues; RÊGO, Herbert de Oliveira. A política habitacional em João Pessoa/PB: uma análise sobre a implementação do Conjunto Residencial Monte Cassino. João Pessoa, 2006. Disponível em: http://biblioteca.virtual.ufpb.br/files/a_politica_habitacional_em_joao_pessoapb_uma_analise_sobre_a_implementacao_do_conjunto_residencial_monte_cassino_1343840511.pdf. Acesso em: 01 de Julho de 2020.

NIKOS A. Salingaros, DAVID Brain, ANDRES M. Duany, MICHAEL W. MEHAFFY & ERNEST Philibert-Petit. "Habitação social na América Latina: biofilia, conectividade e espiritualidade" [Vivienda Social en Latinoamérica: Biofilia, conectividad y espiritualidad] 30 Mar 2019. ArchDaily Brasil. (Trad. Baratto, Romullo) Acessado 14 Jul

2020. <<https://www.archdaily.com.br/br/913998/habitacao-social-na-america-latina-biofilia-conectividade-e-espiritualidade>> ISSN 0719-8906

SEDREZ, Michele de Moraes. Sustentabilidade do ambiente construído: contribuições para a avaliação de empreendimentos habitacionais de interesse social. 2004. Dissertação (mestrado) Engenharia Civil – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

VALE, Kátia Cristina do. Avaliação Pós Ocupação do Conjunto Residencial Gervásio Maia/Kátia Cristina do Vale-João Pessoa,2012.